

Bird critica gastos públicos mundiais

Os grandes déficits não contribuem para o crescimento econômico, afirma o relatório

Ainda que um otimismo moderado a respeito do comportamento da economia mundial possa prevalecer a curto prazo, a médio prazo são necessárias grandes alterações para que o crescimento possa ser retomado em bases sólidas. E o foco dessas mudanças passa pela redefinição do papel do Estado na economia, tanto nos países industrializados como nos mais atrasados ou naqueles considerados em desenvolvimento.

Este é o principal tema tratado pelo Banco Mundial, em seu relatório de 1988 divulgado ontem, em São Paulo, pelo economista William Easterly e pelo assessor da vice-presidência Antônio M. Pimenta Neves. Ao analisar os países desenvolvidos, a instituição mostra que os gastos públicos excessivos não são privilégio de países como o Brasil. Em 1985, esses gastos corresponderam a 52% do Produto Nacional Bruto (PNB) da França, chegando a 65% na Suécia, 47% na Alemanha Ocidental, 33% no Japão, 48% na Inglaterra e 37% nos Estados Unidos. A maioria deles fracassou na tentativa de reduzir significativamente esses gastos, embora alguns tenham conseguido amenizar a crescente tendência de deterioração.

GASTOS

O resultado desses gastos excessivos tem apontado para a geração de déficits fiscais importantes e que não contribuem necessariamente para o crescimento da economia. Nos países ricos, a maior parte desses gastos deve-se a transferências de recursos para serviços públicos como educação, transporte e previdência social. Nos países atrasados, o Estado tende a comportar-se principalmente como empresário e investidor, através das empresas estatais. Elas são em grande parte responsáveis pelo déficit público e pelo forte endividamento externo, como é o caso do Brasil. O relatório lembra, por exemplo, que até 1979, não existiam estatísticas consolidadas sobre o desempenho dessas empresas no Brasil e que seu déficit tem sido superior ao do resto do governo. Ou seja, se recur-

sos do Tesouro não houvessem sido transferidos para as estatais, não haveria déficit público. Mesmo quando o governo eventualmente procurou impor limites ao crescimento das estatais, elas souberam contorná-los criando subsidiárias de modo descontrolado.

A falta de cortes expressivos nos gastos públicos tem tornado mal sucedido o combate à inflação. O relatório do Banco Mundial critica os choques heterodoxos, como o Plano Cruzado e o Plano Bresser, por não terem sido acompanhados de restrições aos gastos públicos, além de terem diagnosticado erradamente a causa da inflação como sendo inercial. Na medida em que parte desse déficit público é financiado externamente, forma-se uma ligação umbilical entre o déficit e a dívida externa, que não tem deixado de crescer entre 1970 e 1987, no conjunto dos países em desenvolvimento.

PROJEÇÕES

Em síntese, a receita do Banco Mundial volta-se para cortes generalizados de gastos públicos, qualquer que seja o tipo de economia considerada. Nas projeções efetuadas até 1995, a mais otimista considera que os países em desenvolvimento poderão crescer a uma taxa média anual de 5,6%, sendo que os países de renda média (nos quais inclui-se o Brasil) chegarão a 5,1%. Isto se todos — ricos e pobres — fizerem o ajuste fiscal exigido, gastando menos e melhor e abrindo espaço para maior participação do setor privado. Na melhor das hipóteses, os ricos crescerão a 3% ao ano, desde que a inflação não ultrapasse a média de 3,2% ao ano e que as taxas de juros não superem 7,7% ao ano.

No cenário mais pessimista, o crescimento dos ricos será de 2,3% ao ano e de 3,6% para países como o Brasil. Sem o controle dos déficits fiscal e comercial (principalmente por parte dos Estados Unidos), a inflação registrará uma média anual de crescimento de 4% e a taxa de juros de 8,1%. A persistência da crise da dívida externa faz com que o relatório do Banco Mundial não descarte a ocorrência de novas moratórias ou atrasos de pagamentos, embora não haja indicação dos países que possam optar por isso. O problema, segundo a instituição, é que as negociações entre devedores e credores têm perdido mais para o confronto do que para a cooperação.

